

**RESENHA**

**O GÊNERO NAS CIÊNCIAS SOCIAIS. LEITURAS CRÍTICAS DE MARX WEBER A BRUNO LATOUR.” CHABAUD-RYCHTER, DANIELLE, DESCOURTURES, VIRGINIE, DEVREUX, ANNE-MARIE E VARIKAS, ELENI (ORGS.). EDUNB/UNESP, BRASÍLIA E SÃO PAULO, 2014 (584 PÁGINAS)**

---

**Lourdes Maria Bandeira**

Universidade de Brasília

E-mail: lourdesmbandeira@yahoo.com.br

**Tânia Mara Campos de Almeida**

Universidade de Brasília

E-mail: taniamaraunb@gmail.com

O século XXI iniciou-se com novos compromissos de base epistemológica e política ao revisitar o conhecimento instituído nas Ciências Sociais e Humanas. Na Filosofia, o pioneirismo da obra *Les femmes de Platon à Derrida*, de Françoise Collin, Évelyne Piser e Eleni Varikas, publicado pela Platon em 2000, inaugurou um conjunto de reflexões que possui como base os estudos feministas e de gênero. Paralelamente, *O gênero nas Ciências Sociais: leituras críticas de Max Weber a Bruno Latour*, publicado pela Découverte em 2010, preenche importante lacuna no campo das Ciências Sociais, por oferecer amplo panorama de análise a respeito de autores do pensamento social, resgatando o olhar (ou a sua ausência) sobre as mulheres e grupos marginais à referência masculina padrão (em geral, burguesa, branca e heteronormativa). Recentemente, esta obra foi traduzida no Brasil por iniciativa das editoras da Universidade de Brasília (UnB) e Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp). A tendência é que se torne referência de destaque em cursos e pesquisas por parte de interessadas/os em gênero, feminismos e aprofundamento da teoria sociocultural, de modo equivalente a ter se firmado como expressiva fonte de citação em seu país de origem, a França, assim como na Europa e no Canadá.

O livro, organizado por quatro mulheres expoentes da intelectualidade francesa e internacional, reúne a contribuição de 34 analistas de variadas formações e atuações em meio universitário na França, Canadá, Estados Unidos, Suíça e Reino Unido. Essas analistas se debruçaram à releitura densa e crítica dos trabalhos de sociólogos, filósofos, antropólogos e historiadores – todos

homens (exceto a filósofa política Hannah Arendt), considerados clássicos e contemporâneos na consolidação de sua produção acadêmica, na legitimidade que lhes é atribuída por seus eixos disciplinares e também na influência exercida na conformação do conhecimento científico moderno.

Muitos foram os questionamentos que instigaram as organizadoras a propor o exame crítico dos escritos fundantes das Ciências Sociais, tais como: em que momento noções de gênero são apresentadas por eles – mesmo sem serem tratadas de modo explícito e em sua especificidade? Como tais noções são contornadas, evitadas ou secundarizadas nas suas letras? A intenção foi identificar ou distinguir em cada um dos autores canônicos um subtexto “genderizado”, quer seja por seu apagamento ou por trazer à tona a expressão naturalizada da diferença sexual. Em geral, as mulheres e a divisão das sociedades pelos sexos não estavam ausentes dessas observações e reflexões. Mas as mulheres não eram consideradas atrizes sociais, protagonistas que possuíam seu próprio modo de ação na dinâmica social, tanto no plano material como no plano simbólico. Elas eram vistas, com expressiva frequência, enquanto diferença em relação aos homens, o marco referencial, deixando de lado a perspectiva da construção histórico-social da diferença sexual, a qual traz à tona a relação social de opressão e o antagonismo entre homens e mulheres.

Essa perspectiva de silenciamento das mulheres reforça a concepção geral e do senso comum das sociedades patriarcais que é cega às mulheres e suas várias formas de resistência. Afinal, o estranhamento das organizadoras da obra é patente ao se perguntarem: como é possível que nossos autores não tenham ouvido com mais atenção a voz das mulheres que, desde o século XIX, opunham-se à experiência comum entre elas de subordinação, lutavam pelos mesmos interesses e direitos no mundo do trabalho e, ainda, denunciavam ser a família governada arbitrariamente pelo poder dos homens.

Exceção é apontada a Karl Mannheim, que, nos anos 1930, chamava a atenção para a introdução do conhecimento do ponto de vista das mulheres na Sociologia, relativizando o privilégio epistemológico atribuído ao ponto de vista do proletariado pelos seus contemporâneos marxistas. Antes dele, tem-se Max Weber, cuja insistência em relação aos valores marcou a sociologia feminista de Marianne Weber, sua esposa, a qual se centrou no ponto de vista feminino. Também se destacam as contribuições de Marcel Maus e Maurice Godelier. O primeiro, ao afirmar a existência de uma sociedade de homens e outra de mulheres, lamentou ter as Ciências Sociais privilegiado apenas a vertente masculina. O último, ao situar as relações entre os sexos para além das relações familiares, colocou-as no centro das relações políticas e religio-

sas orientadoras, em geral, do governo das sociedades ditas primitivas. Esses autores não se furtaram às influências da revolução sexual em suas épocas, oferecendo exemplos raros da produção do conhecimento que as epistemologias feministas tanto reivindicaram, assim como do reconhecimento de que as relações homens/mulheres são vínculos políticos e orientam a estruturação das sociedades de igual modo que outras interações de poder.

Ao mesmo tempo, caminho oposto foi tomado por Émile Durkheim e Talcott Parsons, os quais afirmaram nas relações homem/mulher uma complementaridade quase orgânica. Apesar de contemporâneo aos nossos dias, como Pierre Bourdieu, que se mostrou consciente da dominação masculina, acabou por transformar as mulheres em capital de troca entre homens e agentes por definição, sem meios de agir sobre a estruturação da sociedade em campos de força. Na verdade, a maioria dos autores assume ser o lugar e o papel das mulheres naturalmente ligados à família, concebida esta como a esfera das emoções, das particularidade e do apagamento das lutas por excelência. Haja vista que o tema do trabalho feminino para Karl Marx foi subsumido ao modo de produção familiar, assim como permaneceu, em sua teorização, sob a autoridade do pai de família e não entrou nas relações de produção capitalistas.

Os principais critérios, que nortearam a escolha do conjunto de autores e seus respectivos trabalhos a serem revisitados, foram definidos pela frequência destes nos programas de ensino universitário das Ciências Sociais, não se limitando aos nomes reconhecidos exclusivamente por sociólogos, antropólogos e cientistas políticos, mas pela identificação de suas contribuições relevantes ao desenvolvimento dessa área disciplinar. Sistemáticamente, tais nomes aparecem como emblemáticos de uma corrente teórico-metodológica, inscrevendo-se em grandes dilemas atuais das Ciências Sociais, da Modernidade e na formação de novas gerações de pensadoras/es. Vê-se, de imediato, dentre esses nomes, a exclusão das mulheres, confirmando o efeito histórico nocivo e constitutivo do sistema de gênero na (re)produção do saber acadêmico.

Por conseguinte, a coletânea tem como principal objetivo visitar as Ciências Sociais que foram fundadas no masculino. Sua crítica central é dirigida à posição hegemônica, qualificada como “normácula” (ou *malestream*), isto é, comprometida e referenciada por uma visão atrelada ao mundo patriarcal e heteronormativa, a qual desconsidera as desigualdades entre homens e mulheres, bem como impregna de masculinidade os resultados, as teorias e os métodos supostamente objetivos. Afinal, o conhecimento é necessariamente *situado*, uma vez que é produzido a partir das diversas experiências e

configurações de poder que informam as tentativas de se desvelar e, também, (re)criar a realidade. Nenhum ponto de vista científico pode escapar às suas próprias circunstâncias ou condições de existência, especialmente nas Ciências Sociais.

Ao longo dos estudos de gênero e feministas, um forte diálogo multidisciplinar foi sendo estabelecido permanentemente com as diversas escolas teóricas e correntes de pensamento das Ciências Sociais e Humanas, o que vem permitindo a resignificação profícua de conceitos e dos esquemas de entendimento tradicionais. Não é mais possível tratar, por exemplo, a categoria “trabalho” apenas pela divisão social entre classes econômicas após a reviravolta que os referidos estudos trouxeram com a visibilidade dada ao trabalho doméstico e com a desestabilização nela introduzida pela dimensão sexuada da divisão social. Por isso, os vários textos críticos reunidos na obra em pauta revelam tanto a perspectiva transformadora da reflexão epistemológica (a indicação da complexidade das habituais categorias de análise social, dos novos aportes metodológicos e dos avanços teóricos alcançados), como a perspectiva transformadora de base política potencializada nas últimas quatro décadas, quando a ótica de gênero entra de vez nas searas universitárias, nos organismos internacionais e nas gestões públicas de inúmeros países.

Em suma, *O gênero nas Ciências Sociais: releituras críticas de Max Weber e Bruno Latour* trata-se de um esforço louvável das suas organizadoras a realizar o que nominaram de “caminho da vida *bandita*”. Ou seja, dispuseram-se a se apropriar do manancial intelectual de conceitos e matrizes interpretativas úteis à compreensão e intervenção nos fenômenos socioculturais e desiguais do mundo moderno, derivados das reflexões dos pensadores masculinos, re-elaborando-os de modo transgressor e promissor ao olhar feminista e de gênero. Diante de tal esforço, a obra consegue desenhar mais que uma nova apropriação das Ciências Sociais e, sim, desenvolver meios não apenas de extrair o que se mostra relevante para os estudos de gênero, como também de reconstruir essas ciências por um caminho genuinamente feminista, que supere o *status* menor das mulheres na teoria e na prática social. Só assim é que se poderá absorver e integrar as pressões, demandas e insatisfações das mulheres enquanto protagonistas sociais legítimas do conhecimento científico, pares equânimes a serem reconhecidas na e pela academia.

Recebido em agosto de 2015

Aprovado em setembro de 2015